## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(Do Sr. Deputado Ricardo Izar)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar questões relativas à falta de energia elétrica no estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência para debatermos, em data oportunamente aprazada, problemas relacionados à prestação de serviços de energia elétrica no estado de São Paulo. Para o debate, gostaríamos de convidar representantes da ELETROPAULO, ARSESP- Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, PROCON do Estado de São Paulo, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e o Secretário de Energia do Estado de São Paulo, Sr. José Aníbal.

## **JUSTIFICATIVA**

Pretendemos com essa audiência pública abrir um amplo debate a respeito do atendimento que vem sendo prestado aos usuários de energia elétrica no Estado de São Paulo, com vistas a sugerir soluções para os problemas diversos hoje existentes.

O blecaute ocorrido na última semana em São Paulo afetou cerca de 3 milhões de pessoas em cidades da Grande São Paulo e em mais de 20 bairros na capital paulistana. Segundo precárias informações, a causa da

falha no fornecimento de energia elétrica teria sido nos transformadores da Subestação Bandeirantes, da Zona Sul da capital paulista.

O Governador Geraldo Alckmin disse esta semana que a ELETROPAULO não tem as mínimas condições de operar com segurança em dias de chuva. O que nos surpreende, pois estamos vivendo num período de estiagem, e as interrupções têm sido numa proporção muito maior do que em outros anos.

O último blecaute ocorreu na segunda feira e até o presente momento os consumidores não mereceram um esclarecimento convincente por parte da concessionária e tão pouco pelas agências reguladoras, ARSESP — Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e a ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica.

Estas empresas concessionárias não estão a cumprir os seus contratos de maneira respeitosa para com o consumidor, não estão investindo e consequentemente não estão sendo fiscalizadas com rigor e de maneira responsável pelos órgãos competentes.

Não podemos admitir que os consumidores brasileiros continuem sendo tratados com desrespeito por parte destas empresas, afinal os prejuízos são grandes e na maioria das vezes estes consumidores encontram dificuldades em serem indenizados pelos seus prejuízos.

Deputado RICARDO IZAR

**PV-SP**